

Por uma Europa cristã?

Publicação: [O Mundo em Português Nº 53](#)

Data de Publicação: Fevereiro 2004

Autor: Bruno Cardoso Reis

A par das questões de votos e poder, a discussão em torno da Constituição Europeia também suscitou um debate sobre a identidade do Velho Continente, particularmente em torno da inclusão, ou não, no preâmbulo do documento constitucional, senão uma referência a Deus - o que sucede em vários casos, de que o mais famoso é a constituição norte-americana - pelo menos uma menção explícita à importância da herança cristã na formação da Europa. Será a Europa simplesmente um nome moderno da Cristandade medieval?

A obra de J. H. H. Weiler, um jurista e académico católico que há muito se dedica às questões europeias, é uma apologia da inclusão da referência ao legado cristão, e particularmente católico, como o autor tem o cuidado de ressaltar, na formação da Europa e na definição da sua identidade. A obra vem, portanto, na linha de outros pronunciamentos nesse sentido, em que figuras católicas, desde logo o próprio Papa, ou no caso português o cardeal patriarca, se têm destacado.

Os seus argumentos fundamentais são históricos. Mas as preocupações principais centram-se no que é visto como sendo uma crise de valores de amplas implicações para o futuro da Europa, e a referência ao cristianismo seria parte indispensável da resposta a essa crise. O grande obstáculo a este desígnio é o laicismo militante que em países como a França e a Itália tende a confundir Estado neutro com Estado laico.

Ninguém de bom senso contestará a importância histórica do cristianismo na emergência da Europa. Se é um facto que a Europa deve muito de positivo ao cristianismo, desde o seu papel na preservação da herança cultural clássica, e durante séculos única, como praticamente exclusiva fonte de investimento no campo da educação, até à contínua acção no campo social, não há que negar que outros legados foram igualmente importantes, da herança clássica e pagã de Roma e Atenas, até à influência judaica, às correntes políticas e intelectuais derivadas do Iluminismo teísta ou ateu mais ou menos anti-religiosas, que também tiveram o seu lado negro, de Nero

até Estaline, passando pelo virtuosismo sanguinário de Robespierre. A Europa, aliás, também se formou como resposta a essa herança trágica...

O próprio termo Europa e a sua aplicação ao ocidente bárbaro é de origem grega, por via da bem conhecida narração mitológica pagã do rapto da bela princesa Europa das costas fenícias por um Zeus transfigurado em touro. Pouco usado durante a época clássica, o termo reemerge no período carolíngio, nomeadamente no famoso relato numa crónica cristão hispânica do século VIII da vitória de Poitiers em 732, como sendo uma vitória dos «europeus» cristãos e latinos face aos invasores muçulmanos. Aí está, dirão alguns, a Europa cristã e os seus inimigos de ontem e de hoje!

Mas, claro, nessa época e durante séculos, as mais cosmopolitas, tolerantes e cultas das cidades europeias eram Toledo e Córdoba, nas mãos de governantes muçulmanos que se reclamavam tão herdeiros de Jerusalém, Atenas e Roma como o resto dos europeus. Foi nessas cidades que muitos jovens intelectuais cristãos do Norte da Europa vieram aprender a «sua» herança clássica, entretanto enriquecida pelos sábios muçulmanos, no campo da matemática, da medicina, da filosofia. O renascimento carolíngio ou o renascimento do século XII, essenciais no arranque intelectual que iria moldar a futura identidade europeia, seriam impensáveis sem essa dimensão muçulmana (e judaica) hispânica. Ou seja, a história tende a ser sempre mais complicada do que parece. Procurar usá-la para fins apologéticos compreende-se no século VIII, menos no século XXI.

Mas qual é, afinal, o sentido actual deste debate? É natural que as correntes não-cristãs na Europa, laicas ou representando outras confissões se coloquem esta questão. Se não se trata de privilegiar de alguma forma a herança cristã sobre as outras, qual é a razão desta insistência? Se a menção no preâmbulo da constituição é puramente factual, então qual a sua necessidade num texto essencialmente legislativo? De facto, não faz sentido argumentar que a não inclusão desta referência diminui de alguma forma o peso real do cristianismo na história da Europa, e nomeadamente a sua importância bem real no processo de integração europeia. Algo com que quer o autor quer o prefaciador desta obra concordam. Ora este parece-nos ser um argumento essencial.

Se o preâmbulo da constituição fizesse uma longa, ou mesmo curta, menção à evolução histórica da Europa seria impensável que não referisse expressamente a sua dimensão cristã, como uma das mais importantes entre muitas outras. E embora não nos chocasse uma tal opção, também nos parece evidente que seria difícil fazer uma síntese rigorosa e representativa, que incluísse o bom e o mau, o pequeno e o grande, da história

européia. A grande diversidade num espaço relativamente pequeno sempre foi a grande riqueza e especificidade da Europa.

O autor tem ainda, significativamente, o cuidado de rejeitar aproveitamentos imediatos da sua tese para defender a exclusão da Turquia – a Europa cristã que ele defende seria «tolerante». Ora, a noção de tolerância implica desde logo a assunção de uma posição de superioridade – há os que toleram, os sujeitos, e os que são tolerados, os objectos. Mais, historicamente, é tão impossível fazer a história da Europa ignorando as Igrejas cristãs, como o é fazer uma história da Europa ignorando os turcos. O Império Otomano foi durante séculos um dos grandes sujeitos da história europeia, orgulhoso herdeiro do Califado muçulmano mas também do Império Romano – depois da conquista de Constantinopla em 1453 o sultão otomano passou a reclamar como um dos seus títulos o de «César dos Romanos». Esta centralidade da dimensão europeia na história dos turcos foi, aliás, essencial para Atatürk poder justificar a sua revolução modernizadora como uma recuperação da dimensão e do protagonismo europeus que faziam parte da herança da Turquia. Será que neste continente tão diverso, sucessivamente ponto de chegada de vagas de invasores e povoadores, os actuais imigrantes muçulmanos e os seus descendentes, terão de ser apenas tolerados?

Deste ponto de vista a solução do texto proposto para a futura constituição parece-nos eminentemente sensato, pois sendo curto e genérico, diz o essencial. A Europa não é representado por um determinado momento – por exemplo a Cristandade medieval – mas tem vindo a ser formada na sua riqueza e complexidade por vagas sucessivas de «imigrantes» ao longo de milhares de anos. Depois, a Europa não é só bens e serviços, mas também é valores, do qual o mais essencial é a dignidade da pessoa humana, de onde deriva o respeito pela liberdade e o surgimento do Estado de Direito. Estes valores provêm «das heranças culturais, religiosas e humanistas da Europa».

Se a fórmula pode ser um pouco redundante – há um humanismo cristão, e a religião também é cultura – a verdade é que o essencial está aqui – e no plural, que é o aspecto essencial. Mais do que tolerante, a Europa deve reconhecer-se como é, diversa.

Finalmente, e para concluir, parece-nos que o autor tem razão em dois pontos essenciais – a enorme importância da herança cristã na história europeia e a importância no presente de um debate em torno de valores para o processo de construção europeia.

A Europa fez-se, e faz-se, com base em múltiplas heranças e não apenas numa. Negar a dimensão cristã da Europa seria tão errado como reduzi-la apenas a essa dimensão. Finalmente, o lamento do autor sobre a falta de afirmação dos intelectuais cristãos,

reflecte um velho debate no interior da Igreja e da militância cristã sobre o valor da visibilidade face ao exemplo e a espiritualidade interior, sobre a importância da aliança com o Estado ou da separação face ao Trono. É que ao contrário do que alguns, dentro e fora do catolicismo pensam, também a Igreja, tal como a Europa, foi historicamente coisas muito diversas ao mesmo tempo.